

MARINALEDA E O MOVIMENTO JORNALERO EM ANDALUZÍA, ESPANHA: as lutas dos camponeses andaluzes e a questão agrária

MARINALEDA Y EL MOVIMIENTO JORNALERO EN ANDALUCÍA, ESPAÑA: las luchas de los campesinos andaluzes y la cuestión agraria

Márcia Yukari Mizusaki

Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas
Dourados, MS, Brasil
marciamizusaki@ufgd.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a análise das formas de (re)existências e processos de lutas por parte do movimento *jornalero*/camponês na Comunidade Autônoma de Andaluzía, Espanha, frente ao histórico processo de apropriação e consequente expropriação dos camponeses de suas terras. Particular destaque será dado ao caso de Marinaleda. O encaminhamento metodológico para a execução desse trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre a realidade agrária andaluza, além do levantamento de dados primários e secundários. As lutas do movimento *jornalero* em Andaluzia, identificado pelo SOC/SAT, expressam a relação dialética entre seus modos de ser e a desigual relação nos contextos de produção e reprodução das relações sociais de produção, que apresentam dimensão não somente econômica, mas política, ambiental e cultural. O seu fazer cotidiano, que vem desde a formação do Sindicato, os opõe claramente àqueles que possuem interesses antagônicos aos seus, evidenciando a dimensão de classe e das relações de poder.

Palavras-chave: Marinaleda. Movimento jornalero. Camponeses. Questão agrária. Comunidade totalizadora.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar las formas de (re)existencias y procesos de lutas de movimiento jornalero/campesino en la Comunidad Autónoma de Andalucía, España, en vista del proceso histórico de acaparamiento y consecuente expropiación de los campesinos de sus tierras. Se hará especial hincapié en el caso de Marinaleda. La orientación metodológica para la realización de este trabajo incluyó la investigación bibliográfica sobre la realidad agraria andaluza, además de la recopilación de datos primarios y secundarios. Las luchas del movimiento jornalero en Andalucía, identificadas por el SOC/SAT, expresan la relación dialéctica entre sus formas de ser y la relación desigual entre sus contextos de producción, que no solo tienen dimensiones económicas, sino políticas, ambientales y culturales. Sus actividades diarias que provienen de la

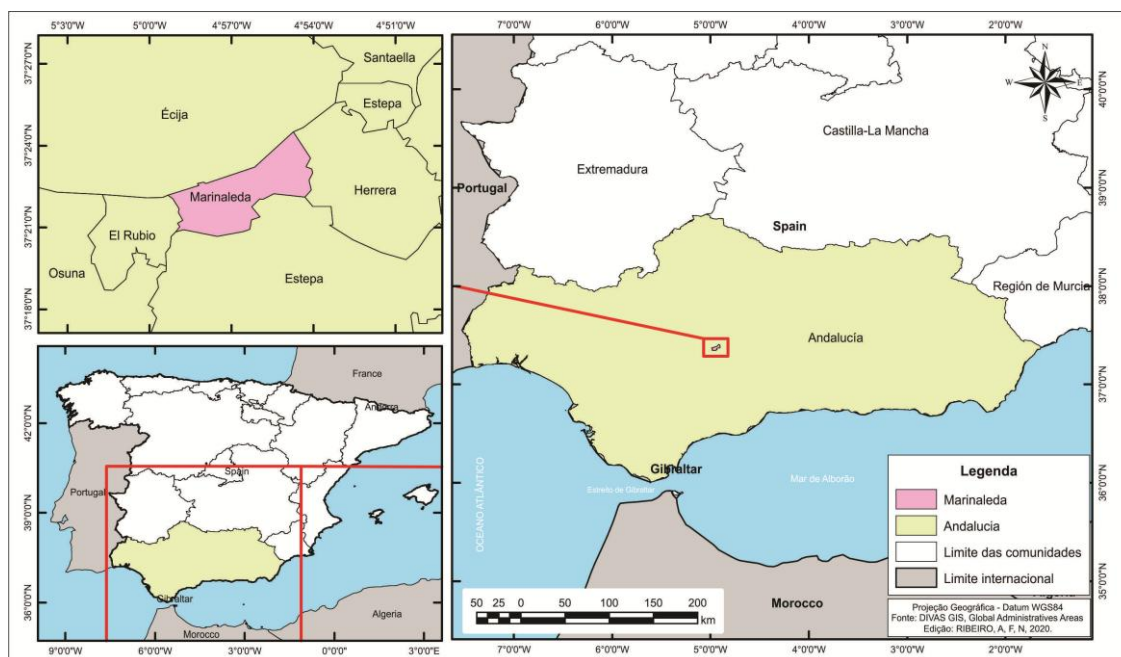
formación del Unión, los oponen claramente a aquellos que tienen intereses antagónicos con los suyos, destacando la dimensión de las relaciones de clase y poder.

Keywords: Marinaleda. Movimiento jornalero. Campesinos. Cuestión agraria. Comunidad totalizadora.

Introdução

O presente trabalho é parte das reflexões realizadas em nosso estágio pós-doutoral na Universidad de Sevilla, que teve como objetivo geral analisar dois distintos contextos e movimentos de lutas por direitos humanos, frente ao avanço destrutivo e homogeneizador das relações capitalistas de produção. Nosso propósito para este artigo é apresentar alguns de seus resultados e tem como objetivo a análise das formas de (re)existências e processos de lutas por parte do movimento jornalero/camponês na Comunidade Autónoma de Andaluzía, Espanha, frente ao histórico processo de apropriação e consequente expropriação dos camponeses de suas terras. Particular destaque será dado ao caso de Marinaleda, considerada a partir da sua expressão particular/geral no interior das estruturas econômicas e contexto cultural. No Mapa 1, indicamos a localização de nossa área de estudo.

Mapa 1 – Espanha. Comunidade Autónoma de Andaluzia. Município de Marinaleda



Fonte: DIVAS GIS, Global Administratives Areas.

Edição: FRANCO, A.F., 2020.

Para a análise desse processo buscamos compreender como esses sujeitos estão inseridos no contexto das relações socioespaciais de produção, indicando caminhos para identificação de seus conteúdos (sociais, econômicos, políticos, culturais) que conformam as particularidades de suas lutas. Uma forma de abordagem que busca a análise das estruturas econômicas em sua relação dialética com o meio cultural dos sujeitos sociais, possibilitando-nos uma perspectiva de totalidade, conforme Moreno Navarro (1993).

O encaminhamento metodológico para a execução desse trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre a realidade agrária andaluza, além do levantamento de dados primários e secundários. Em Andalucía, os dados primários foram baseados em pesquisa de campo, por meio de entrevistas com lideranças ligadas ao principal movimento sindical de Andaluzia, o SOC/SAT (Sindicato de Obreros del Campo/Sindicato Andaluz de Trabajadores) e com trabalhadores camponeses, além de visitas a uma propriedade ocupada pelo Sindicato. Entrevistamos o chefe de produção da Cooperativa Humar, de Marinaleda, o encarregado da propriedade El Humoso e um morador da cidade. Entrevistamos ainda, trabalhadores vinculados ao SAT, que ocupavam a propriedade pública Somontes. Acompanhamos também uma manifestação pública organizada pelo SAT e uma de suas reuniões organizativas. As entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2019. O levantamento de dados secundários baseou-se em sites de órgãos oficiais que tratam de temas relativos ao campo em estudo, como a Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural; o INE (Instituto Nacional de Estadística), EUROSTAT (European Statistics); em sites de notícias, como o informe do SAT e de sites informativos ligados às províncias que compõem a Comunidade Autónoma de Andaluzia.

A questão agrária em Andaluzia e a luta pela terra

*“Yo tengo clavada en mi conciencia, desde mi infancia,
la visión sombría del jornalero. Yo le he visto pasear su hambre
por las calles del pueblo, confundiendo su agonía
con la agonía triste de las tardes invernales...”*

(Blas infante, Ideal Andaluz, 1915)
(Museo de la autonomía de Andalucía)

Para compreendermos as lutas do movimento *jornalero* em Andaluzia e o caso de Marinaleda é necessário situarmos a análise no contexto da questão agrária nessa comunidade autônoma.

A Comunidade Autônoma de Andaluzía é uma das 20 comunidades autônomas da Espanha, que possui no seu total, uma população de 46.815.916 habitantes (INE, 2011). A Espanha possui uma superfície total de 506.030 km², incluindo as ilhas e arquipélagos adjacentes (Baleares e Canárias) e as cidades de Ceuta e Melilla. (Gobierno de España. Geografía).

A superfície total de Andaluzía é de 87.597 km² e em 2016, concentrava 18,1% da população espanhola (CAPDR, 2017). Sua estrutura fundiária concentrada lhe conferiu em 2009, um índice de gini, de 0,697, conforme estatística elaborada com base no Censo Agropecuário de 2009 (SOLER & FERNANDES, 2015). Essa desigual estrutura social, foi sendo constituída historicamente ao longo do processo de apropriação das terras andaluzas por uma elite mercantil-latifundista, em detrimento da maioria da população campesina. Foi, portanto, no interior do próprio desenvolvimento das relações sociais de produção na região, que foram se constituindo as particularidades no processo de formação do proletariado andaluz.

As características da estrutura fundiária de Andaluzia podem ser analisadas a partir da Tabela 1, onde, logo de início, visualiza-se a desigualdade presente na apropriação das terras.

Tabela 1 – Andalucía. Número y Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de las explotaciones – 2016*

Extrato de área	Número explotaciones	Superfície total (ha)
< 5 ha	135.592	317.695
5 a < 10 ha	43.918	314.479
10 a < 50 ha	44.968	931.317
50 a < 100 ha	8.254	573.025
>= 100 ha	8.675	2.262.974
Explotación sin SAU	917	12.747
Total	242.324	4.412.227

*optamos por manter a tabela no idioma original.

Fonte: Instituto Nacional de Estadística. Encuesta sobre la estructura de las explotaciones agrarias, 2016.

Org.: Autora, 2019. Modificado.

Na tabela 1, podemos observar que 56% das explorações com SAU (Superfície Agrícola Utilizada) são muito pequenas, com menos de 5 ha, e detém apenas 7,2% das terras. No extrato seguinte, entre 5 a < 10 hectares, temos 18,1% das explorações, que detém 7,1% das SAU. No outro extremo, as explorações com 100 ha e mais, representam apenas 3,6%, mas se apropriam de 51,3% das terras. Ou seja, mais da metade das terras estão nas mãos de apenas 3,6% dos proprietários. Os demais encontram-se nos extratos intermediários, sendo 22% das explorações entre 10 e < 50 ha, detém 34,1% das terras. Essa desigual distribuição de terras nos indicam, contudo, que a presença camponesa ainda se constitui em realidade potencial nos campos andaluzes.

As raízes da questão agrária em Andaluzia podem ser compreendidas a partir da consideração das relações estruturais que geraram tais desigualdades. Sobre esse processo, histórico e desigual de apropriação do espaço, Sauzion (2015, p. 3-4) destaca:

La época romana dejó una primera marca en la estructura de la propiedad agraria andaluza ya que estuvo acompañada por el establecimiento de amplias zonas agrícolas, labradas por un equipo de esclavos. Posteriormente, estas grandes explotaciones fueron recuperadas por los moros y, más tarde, por los reinos cristianos durante la Reconquista Cristiana contra los reinos musulmanes, entre los siglos VIII y XV. Mayor parte de la tierras fue repartida entre nobles, clericales, u órdenes militares; formando así ingresos importantes para la aristocracia. De hecho, Fernando III de Castilla ofreció gran parte de las tierras a los señores andaluces castellanos que apoyaron la conquista de Sevilla. Así pues, la Reconquista tuvo un impacto fuerte en la fisonomía del mundo rural andaluz. A medida que avanza la repoblación del territorio, las comunidades rurales se reconstituyeron, transformándose, viendo disminuyendo su papel y el uso colectivo de los bienes comunales. Sobre todo, la intensificación de la concentración de la propiedad y del reparto desigual de la tierra causó la disminución del porcentaje de campesinos propietarios en la población agrícola y el incremento de jornaleros. Por tanto, la Reconquista puede ser considerada como el punto de partida de la ‘cuestión agraria’ en Andalucía.

O autor destaca a importância da Reconquista dos cristãos na conformação dos proprietários de terra latifundistas em Andaluzia, já que a maior parte das terras conquistadas pelos cristãos foram divididas entre nobres, clero ou ordens militares e no processo de repovoamento, as comunidades rurais foram tendo reduzidas as áreas de uso comum, impulsionando a expropriação camponesa e o incremento de *jornaleros*. Essa concentração se mantém com a expansão colonial pela América do Sul e o fortalecimento

de uma burguesia mercantil, nos séculos XVI e XVII e com a expansão dos ideais liberais no século XIX, que mantém a concentração da propriedade.

Ao longo do século XIX, as terras da Igreja foram confiscadas e leiloadas e as terras públicas foram vendidas, permitindo a compra e a maior concentração fundiária por parte da elite agrária já presente desde então. Outro seguimento de proprietários teria se formado a partir do enriquecimento da burguesia mercantil e também, uns poucos camponeses que conseguiram comprar pequenas parcelas das antigas terras comunais. Contudo, a maior parte dos camponeses foi expulsa dessas terras, formando uma grande massa de proletários, que antes, tinham acesso gratuito a bosques e pastagens. O processo violento que marcou a expropriação camponesa levou, em 1845, às primeiras manifestações de luta pela terra, quando ocupam propriedades e realizam outras ações de protesto.

Foi então, com base na concentração de terra, que se desenvolveu ao longo de séculos, uma produção baseada no cultivo de cereais e de oliveiras, e na exploração do trabalho assalariado. Foram muitas as revoltas e greves durante os séculos XIX e XX. Após a proclamação da República espanhola (1931), houve a criação em 1932, do Instituto de Reforma Agrária e a primeira lei de Reforma Agrária. Apesar de continuar mantendo a grande propriedade e o modelo capitalista de apropriação de terras, a reforma agrária foi implementada na prática, no contexto da guerra civil, entre 1936-1939, a partir da divisão e coletivização das terras oligárquicas. Esse processo, contudo, foi interrompido com a vitória das tropas franquistas, em 1939, iniciando na Espanha um duro período ditatorial, sob o comando de Francisco Franco. Em uma circular oficial, dos dizeres do general Mola, considerado um dos dirigentes do golpe de estado em 18 de julho de 1936, reflete bem esse quadro:

Hay que sembrar el terror (...). Hay que dejar sensación de dominio eliminando sin escrúpulos ni vacilación a todos los que no piensen como nosotros... Y en otro: ...La acción insurreccional ha de ser en extremo violenta para reducir lo antes posible al enemigo, que es fuerte y bien organizado... (CORBELLA, 2015, p. 174).

Dezenas de milhares de camponeses teriam sido fuzilados nesse período e as terras, devolvidas aos seus antigos proprietários. A forte repressão à mão-de-obra, especialmente entre 1939 e 1945, levou Gómez Oliver a denominar as ações para o campo do governo franquista como fascismo agrário: “fusilamientos, paseos, ley de fugas,

juicios sumarísimos, etc. (...) junto a ello, aplicación sistemática de la tortura, palizas, pelados al cero, inducción al suicidio en las cárceles, etc.” (GÓMEZ OLIVER, 1993, p. 383-4).

O processo de industrialização tem lugar a partir do final dos anos de 1950, cujo modelo de produção é acompanhado da especialização produtiva, que em Andaluzia direciona-se na produção de frutas e hortaliças, flores e olivares. Dentre os vários impactos desse modelo produtivo está a substituição a mão-de-obra do trabalhador pela máquina e a subordinação da agricultura ao capital industrial, comercial e financeiro, com destaque aos setores intermediários, como as grandes empresas empacotadoras, distribuidoras, comercializadoras etc. (BAENA, s.d.).

Entre a década de 1960 e 1975, a crise da agricultura tradicional e o desenvolvimento da chamada “modernização agrária”, marcou mais um grande processo de descampesinização. Durante o governo franquista, foi intenso o processo emigratório de trabalhadores e camponeses, diante da forte repressão que se instalava no campo, paralelamente ao incentivo à grande propriedade, como proteção ao sistema de preços aos cultivos do setor, como algodão, oliveira, beterraba e trigo.

A política para o campo nos últimos anos do governo franquista estava baseada na compreensão da agricultura tradicional como sinônimo de atraso, que devia ser superado transformando as atividades agropecuárias em suporte para o desenvolvimento industrial, por meio da incorporação do setor ao modelo produtivo do que foi denominado “revolução verde” e uma política de incentivo à transferência dos trabalhadores do campo para outros setores urbano-industriais, conforme previa o *Plan de Desarrollo Económico y Social* (1964-1967). No entanto, após a crise dos anos de 1970 e o agravamento do desemprego, a população desempregada começa a retornar ao campo, aumentando os conflitos por terra, num contexto em que imperava a concentração fundiária. Os desdobramentos das políticas decorrentes do *Pacto de La Moncloa* (1977) que contribuíram para aumentar a mecanização no campo, agravava ainda mais o desemprego, cuja situação foi amenizada com a destinação de fundos para mitigar as necessidades básicas dos trabalhadores, atuando assim para amenizar o conflito e ao mesmo tempo, manter a estrutura concentrada da terra (ENCINA et.al., s.d.).

Com o enfraquecimento do governo franquista a partir do início dos anos de 1970, agravado com a crise do petróleo e a decomposição política dos seus grupos de apoio, o

país caminha para a transição política, que culmina com a vitória eleitoral do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) em 1982, e a morte do ditador em 1984.

O contexto dos anos de 1970 e início dos 80 é considerado fundamental para entender a situação do campesinato e dos trabalhadores sem-terra, pois o fim da ditadura desnuda uma realidade de crise, fome, desemprego e de retorno ao campo. As estruturas de propriedade além de continuarem concentradas, foram agravadas ao processo implementado no governo franquista de mecanização do campo.

Os conflitos no campo se agravam nesse período e as principais formas de resistência partirão das lutas do movimento de *jornaleros* por terra no final dos anos de 1970 e início dos 80, que se organizaram em sindicatos, como o CC.OO (Confederación Sindical de Comisiones Obreras), a UGT (Unión General de Trabajadores) e o SOC (Sindicato de Obreros del Campo), esse último, considerado como o movimento de caráter mais anarquista e combativo (APARICIO et.al., 2013).

A criação do Sindicato de Obreros del Campo (SOC), no contexto da ditadura franquista, envolveu a participação de trabalhadores *jornaleros* do campo e de um movimento cristão, que ficou conhecido como *curas obreros*, que eram sacerdotes que, nos anos de 1960 do século XX, em plena ditadura franquista, romperam com o tradicionalismo católico para ficar ao lado dos pobres. Também sofrem represálias e cárcere e tiveram importante participação da criação do SOC. (BAQUERO, 2018).

O SOC teve importante papel na união, organização e luta dos *jornaleros* pelos direitos andaluzes e foi responsável pela primeira ocupação de terra, em 28 de fevereiro de 1978, desde a Guerra Civil. Gómez Oliver (1993, p. 387) destaca o SOC como “... *la organización más lúcida en la lucha por el derecho al trabajo y en contra de la perdida de identidad jornalera*” (GÓMEZ OLIVER, 1993, p. 387).

O termo *jornalero*, desde pelo menos o século XIX foi inicialmente usado com caráter pejorativo para fazer referência aos trabalhadores assalariados eventuais. No entanto, no contexto da organização sindical, o termo foi retomado pelos sindicatos, especialmente pelo SOC e CCOO, com conteúdo político e elemento de afirmação de identidade específica, chamando a atenção para as condições precárias do trabalhador do campo (TALEGO VÁZQUES, 1997).

A participação e a importância dos jornaleros na formação do Sindicato e por essa via, o fortalecimento da luta pela terra, no difícil contexto vivido no período franquista é observada no depoimento de um dos fundadores do SOC, Diego Cañamero:

Objetivo número uno: la tierra. Por que la tierra? Porque 50% de toda la tierra de Andalucía está en mano de 2% de los propietarios. Mientras que los terratenientes poseen grandes propiedades, quinientos mil jornaleros, medio millón de jornaleros, no teníamos nada. Ni subsidio, ni empleo, ni trabajo, nada. Solamente la migración. Allí surge la decidida. Y empezamos la primera lucha ocupando tierras. (Entrevista realizada em 22/09/2019).

Em outro depoimento de Diego, que identificamos em site de notícia, também se expressa o contexto de fome e de repressão, mesmo tratando-se já de um contexto de transição: *“Cuando acababan las temporadas y no havia nada de cosechas, la gente del campo se encontraba en una desesperación absoluta. Sin nada que comer”* (CAÑAMERO, D. Entrevista concedida a SERRANO, M. 06/08/2016).

O fim do governo franquista e a transição democrática com a eleição do PSOE em 1982 trará a expectativa de reforma agrária, especialmente em 1984, quando foi criado o *Instituto Andaluz de Reforma Agrária* (IARA). No entanto, o tímido processo de desapropriação de terras públicas para assentamento de famílias não atendeu as necessidades prementes no campo.

Segundo Diego Cañamero, nos anos de 1980 e 1990, o SOC promoveu várias ações objetivando a democratização do acesso à terra, totalizando mais de 50 ocupações de terra, tanto públicas como privadas, marchas, ocupações de bancos, de prédios públicos, que resultaram na conquista de algumas propriedades, bem como, na formação de cooperativas. Em seu depoimento, cita ao todo oito propriedades conquistadas (*Mariana, Peñuela, Cooperativa Diamantino Garcia, Tierra Liberta, El Humoso, Lindiano, La Verde, Osuna*) totalizando aproximadamente 3.895 hectares (entrevista concedida em 22/09/2019).

As propriedades conquistadas, apesar de significarem uma vitória ao movimento, estão longe de atender as demandas dos milhares de desempregados. Suas formas de organização possuem características distintas, sendo que a Tierra Liberta e a La Verde organizam-se sob os princípios da agroecologia e as demais, produzem sob o sistema de agricultura convencional.

A trajetória do movimento *jornalero*/campesino de Marinaleda se confunde com a trajetória do movimento jornalero em Andalucía, tornando-se no símbolo de luta e resistência, conforme abordaremos no próximo item. Os dados foram levantados a partir de entrevistas com trabalhadores da Cooperativa Humar, depoimento de um trabalhador, morador do povoado de Marinaleda, dados do site do *Ayuntamiento* de Marinaleda, artigos e outros sites de notícias.

As lutas jornaleras/campesinas em Marinaleda

A particularidade de Marinaleda no processo de lutas e resistências começa pela própria prefeitura, cujo prefeito, Juan Manuel Sanchez Gordillo, desde o início da transição democrática, foi a principal liderança a conduzir a luta pela terra e é prefeito do município desde 1979. O site da prefeitura é bastante significativo e revelador sobre Marinaleda. Contém registros das lutas embrenhadas pelo povo e da forma de organização da municipalidade, bastante distinta e baseada em princípios de coletividade. Começamos pelas lutas.

Conforme já mencionado, desde os anos de 1940-50, a ditadura e a repressão franquista, foi muito dura aos trabalhadores e camponeses, fato que, associado ao contexto de fome e desemprego, desencadeou um grande processo migratório para França, Alemanha e Suíça nos anos de 1960. No contexto das mobilizações dos *jornaleros* em Marinaleda, o SOC foi fundado em 1977. Em 1978, ocupam a propriedade de Bocatinaja, entre Osuna e Los Corrales, sendo a primeira ocupação em Andalucía, depois da República. Esse ato recebeu ação violenta por parte do poder público, sendo despejados e muitas das lideranças, presas.

Em 1979, nas eleições democráticas, a CUT (Colectivo de Unidad de los Trabajadores) consegue maioria no pleito da prefeitura. Chama a atenção uma das medidas implementadas, que foi a mudança das ruas e praças da cidade, como a de Castiella para Jornaleros; Plaza de España, para Plaza del Pueblo; Plaza de Franco, para Plaza de Salvador Allende; Queipo de Llano para Avenida de la Libertad, dentre outros, numa reconfiguração simbólica das relações de poder no município.

Como forma de realizar um protesto contra a fome e reivindicações por melhorias no programa da época, chamado de Empleo Comunitario, em 1980, aproximadamente

700 pessoas de Marinaleda, realizam uma greve de fome, que durou treze dias. Segundo José Caballero, coordenador do SAT, todos os moradores de Marinaleda, inclusive as mulheres grávidas, participaram da greve de fome (entrevista realizada em 09/10/2019). A partir do êxito da greve iniciaram a luta pela terra com ocupações de propriedades. Em 1984, ocuparam o pântano de Cordobilla, e lá ficaram durante um mês, para conseguir que se colocasse irrigação na propriedade de El Humoso, do duque del Infantado, com a intenção de obter a expropriação da terra, decorrente de uma brecha que havia na lei “... olvidada en los cajones de la administración pública que decía que cuándo se ponían nuevas tierras en regadío a ese propietario se le podía expropiar una buena parte de sus tierras” (AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA. El Pantano. <www.marinaleda.es>). É nesse contexto que inicia-se a história da luta pela terra em Marinaleda:

Así que comenzamos las ocupaciones que iban a durar unos cuantos años y los enfrentamientos con jueces, Guardia Civil, Gobierno y sobre todo con la incomprensión de muchos trabajadores de otros pueblos y algunos del nuestro que creían que estábamos locos, que aquello era una quimera inalcanzable y que desde luego aquellas luchas estaban condenadas al fracaso.

El cortijo de “**El Humoso**” sería pues ocupado una y otra vez y desde luego también desalojado por la Guardia Civil que con una compañía al efecto nos expulsaba una y otra vez en la esperanza de que nos cansáramos en el empeño.

En una de estas ocupaciones allá por el año '85 viendo como el Gobierno nos ignoraba decidimos que un grupo de 90 mujeres se fuera a Sevilla delante de la presidencia de la Junta de Andalucía que entonces estaba en la calle Monsalves y de presidente Rodríguez de la Borbolla.

Al llegar a Sevilla hicimos una sentada delante de la puerta principal del Palacio y allí la policía nos aguantó hasta que al llegar la noche detuvieron a todas las mujeres que fueron conducidas en furgones a las comisarías de Triana y Torreblanca. Cuando llegaron las 4 de la mañana y después de tomarle declaración una por una ponían a las mujeres en libertad. Este hecho se repetiría durante 9 días consecutivos quizás creyendo el Gobierno que así podrían doblegar la fuerza de esta lucha.

Sin embargo bien al contrario cada día que pasaba, las mujeres ganaron en fuerza y terminaron cantando el himno de Andalucía en las propias furgonetas de la policía que no sabían que hacer cuando al pasar por las calles hacía la comisaría la gente se quedaba mirando sorprendida.

Creemos que aquella lucha marcaría un antes y un después de la lucha por la tierra porque el gobierno empezó a comprender que no podía conformarnos de cualquier manera y que desde luego era todavía más difícil el doblegarnos (AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA. www.marinaleda.es).

Nesse registro, externalizam-se as lutas empreendidas pelos jornaleros/camponesinos de Marinaleda em contexto de fome, descrença de muitos, repressão e utopia. Nessas lutas, verifica-se que nesse relato histórico aparece também a importância das mulheres como protagonistas, cuja trajetória tem a marca da perseverança e enorme capacidade de resistir, com bravura e doçura, respondendo com canto, à repressão que recebiam.

Compreendemos que essas formas de resistir, de gente valorosa, apresentavam conteúdos que vão muito além da objetividade da fome que os assolava e que só podiam ser compreendidos e encontrados, dentre aqueles que possuem algo mais, uma forma de ver e perceber o mundo que não foi adquirido do dia para a noite, mas em condições econômicas, sociais, culturais e políticas muito específicas.

Verificamos que o hino de Andaluzia, cantado pelas mulheres *jornaleras* dentro da furgoneta, nos diz muita coisa sobre esse *ethos*, conforme expomos a seguir:

Himno de Andalucía

La bandera blanca y verde
Vuelve, tras siglos de guerra,
A decir paz y esperanza,
Bajo el sol de nuestra tierra

Andaluces, levantaos!
Pedid tierra y libertad!
Sea por Andalucía libre,
España y la Humanidad

Los andaluces queremos
Volver a ser lo que fuimos:
Hombres de luz, que los hombres,
Alma de hombres les dimos.

Andaluces, levantaos!
Pedid tierra y libertad!
Sea por Andalucía libre,
España y la Humanidad.

A letra tem sua origem em um canto religioso popular, chamado *Santo Dios*, que os jornaleros/camponesinos cantavam nos campos andaluzes, nas zonas de cereais. Era cantado como um rito de iniciação aos recém convertidos à fé trinitária. Esse canto foi também cantado pelas crianças do internato em um colégio de *Escolapios de Arquidón*. Blas Infante, que estudou nesse colégio entre 1896 e 1900, e conheceu os reflexos da crise no campo, de fome e desemprego, conforme revela a citação em epígrafe, cantava o canto

nas missas. Anotou a letra do canto e, inspirando-se nela, compôs a letra do hino, onde se pede terra e liberdade. Foi estreado como hino em 1936, ano da morte de Blas Infante, fuzilado, na Guerra Civil (NARANJO INFANTE, 18/02/2018).

E é por isso que, para Maria de Jesus Naranjo Infante, neta de Blas Infante, o hino tem conteúdo mais profundo:

El himno mana de la música popular y no es una elaboración de gabinete. Resume la andadura y el gênio de Andalucía. Canción de jornaleros moriscos trabajando bajo el sol, bebiendo el agua de la sed y de la fe Cristiana a la que están em trance de convesión más o menos espontânea. Canción de libertad de um Pueblo, que quiere recuperar su historia e identidad. Y sobre todo Canciión de Autonomía. (Maria Jesús Naranjo Infante. 18/02/2018).

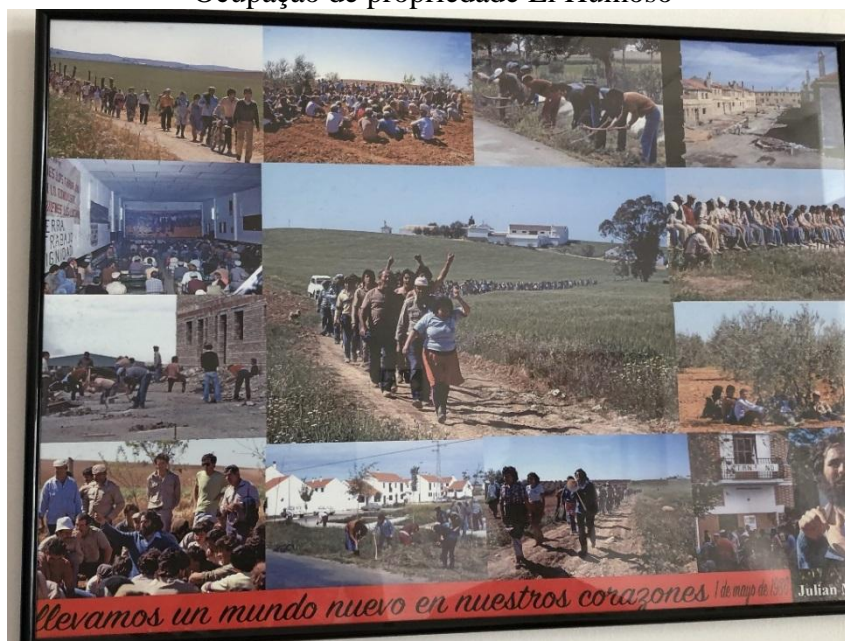
São esses conteúdos que dão sentido e explicam as lutas empreendidas pelos camponeses/jornaleros andaluzes. Moreno Navarro (1993) identifica que a formação do movimento anarquista andaluz se dá a partir do sólido sentimento de comunidade arraigado na cultura popular andaluza, que possibilitou a formação de um verdadeiro movimento contracultural. São diferenças nos modos de perceber, viver, interpretar, sentir, definidos a partir da interação dialética entre seus eixos fundantes: o lugar ocupado nas relações sociais de produção; o setor produtivo a que pertence, a etnicidade, o gênero. A cultura desses coletivos humanos, não é homogênea e tampouco estática, mas apresenta elementos que são comuns a todos.

É nesse contexto de bases interativas, que compreendemos o fortalecimento do movimento. Após as primeiras ocupações de terra, desencadeia-se, a partir de 1985, um conjunto de ações que envolviam,

... una serie de ocupaciones (más de 100) que nos llevaran a realizar todo tipo de acciones pero siempre centrados en la tierra, llegando incluso a permanecer en la finca durante 90 días y 90 noches. Ni que decir tiene que Guardia Civil nos expulsaba a diário y que tuvimos infinidad de procesos judiciales por esas luchas.
(AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA. Historia. www.marinaleda.es).

Os registros históricos na forma de imagens ilustram e nos ajudam também a compreender um pouco mais esse contexto. Na Figura 1, encontram-se algumas delas, que estavam expostas na parede da Cooperativa.

Figura 1 – Marinaleda. Imagens do período de luta pela terra.
Ocupação de propriedade El Humoso



Fonte: Cooperativa Humar (s.d.).

Nessas imagens, conforme Antonio Cabello, chefe de produção da Cooperativa Humar e um dos participantes do movimento que ocupou a propriedade (entrevista realizada em 20/09/2019), temos registro de assembleias, cujas decisões, eram sempre coletivas. Registros da participação do povo de Marinaleda na ocupação. Antonio nos conta que todos do povoado que podiam andar, aproximadamente 1.500 pessoas, participaram do processo de ocupação. Temos também imagem do “domingo rojo”, que abordaremos mais adiante. As imagens nos dizem muita coisa sobre a expressividade do movimento, as formas de decisão, enfim, sobre as longas caminhadas feitas a pé pelas famílias, que não é demais lembrar, estavam em situação de fome e desemprego. As famílias saiam cedo do povoado e iam à pé, por aproximadamente uns 10 km, até à propriedade El Humoso e a ocupavam, retornando ao final da tarde.

Foi depois de vários anos de lutas e persistências, que em 1991, conseguiram que a Junta de Andaluzia comprasse a propriedade El Humoso, de 1200 hectares, entregando para usufruto, ao povo de Marinaleda: “En el año 91 nos notifican que tendremos por fin la tierra. Serán 1.200 has. de tierra conquistados tras muchos años de lucha y por primera vez em 5000 anos de la historia de Andalucía” (AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA. www.historia.es).

Após a conquista da propriedade, criaram oito cooperativas para cumprir exigências legais e as reagruparam em uma, a Cooperativa Humar – Marinaleda: “... un modelo de gestión municipal único en el que la tierra se pone a disposición del pueblo. No se busca el beneficio económico sino dar de comer a través del trabajo agrario a todos los marinaleños” (BRUNAT, 28/11/2018). Na Figura 2, a função de El Humoso, se explicita logo quando se entra na propriedade, na mensagem escrita na parede: “Este cortijo es para los jornaleros en paro de Marinaleda”.

Figura 2 – Marinaleda. Vista parcial da propriedade El Humoso



Foto: Autora, 20/09/2019.

Chama a atenção nesse processo de luta, a forma de organização do trabalho e da produção, sempre baseado em decisões coletivas, tomadas em assembleias. A decisão pela produção e gestão cooperativa também foi feita em assembleia. Foi criada a Cooperativa Humar (Figuras 3, 4 e 5), em terreno cedido pela prefeitura, onde atualmente fazem conservas artesanais de duas variedades de pimentões, alcachofras, azeitonas e também fabricação de azeite de oliva. Na formação da Cooperativa e com o objetivo de atender a todos, decidiram que um membro de cada família faria parte da cooperativa, mas sem ser proprietário, pois entendem que ela pertence ao povo de Marinaleda. Se algum membro se aposentar ou quiser sair, a decisão sobre quem entra na Cooperativa é feita em assembleia, conforme depoimento de Antonio Cabello, chefe de produção da Cooperativa (entrevista realizada em 20/09/2019).

No momento em que lá estivemos, estava em funcionamento o processamento de pimentão. Os trabalhadores, aproximadamente 50 mulheres, eram contratadas pela

cooperativa. Ser ou não cooperado, ter ou não cargo de chefia, é para eles uma questão simbólica, pois entendem que a cooperativa é do povo de Marinaleda. Ganhavam todos o mesmo salário, cujo valor é decidido coletivamente. Na época, setembro de 2019, estava em 1.200,00 euros. Inclusive o chefe da produção, recebia o mesmo salário. O salário dos que trabalhavam na propriedade El Humoso também era o mesmo. As Figuras 3, 4 e 5 são imagens da Cooperativa, do processamento de pimentão e das conservas feitas pela fábrica.

Figura 3 - Marinaleda. Cooperativa Humar **Figura 4 – Cooperativa Humar**
Processamento de pimentões



Foto: Autora. 20/09/2019.



Foto: Autora. 20/09/2019.

Figura 5 – Marinaleda. Conservas produzidas pela Cooperativa Humar



Fotos: Autora, 20/09/2019.

Os insumos utilizados para a produção na propriedade El Humoso, são baseados no modelo de agricultura convencional. Nas Figuras 6 e 7 ilustramos a colheita de pimentão e alcachofra na propriedade El Humoso. Em algumas atividades, como na

colheita de algodão, o processo é mecanizado. Produzem atualmente azeitonas (800 mil kg), azeite (500 mil kg), algodão (80 ha), pimentão (40 ha), alcachofra (80 ha), brócolis (40 ha), fava (80 ha), orégano (30ha) e ovelhas (500 mil cabeças), conforme informações fornecidas pelo encarregado do campo, Juan Pietro Pradas (entrevista realizada em 20/09/2019). Toda a produção é exportada para França, Alemanha e Holanda (Antonio Cabello, chefe de produção da Cooperativa Humar-Marinaleda. Entrevista realizada em 20/09/2019).

Figura 6 e 7 – Marinaleda. Colheita de pimentão e capinagem na plantação de alcachofra. Propriedade El Humoso



Fotos: Autora, 20/09/2019.

Ao chegar na propriedade El Humoso, chama a atenção o fato de que a luta pela terra em Marinaleda, com a conquista da propriedade, não resultou na formação da pequena propriedade camponesa. As famílias continuaram morando no povoado e para ela deslocam-se diariamente para trabalhar. Uma observação apressada pode dar a impressão de tratar-se de uma grande propriedade capitalista. No entanto, não é o que nos revela, numa averiguação mais apurada.

O movimento *jornalero* defende que as terras continuem públicas, pois sendo a terra um bem da natureza, entendem que não deve ser apropriada privadamente. O forte sentimento de coletividade presente se revela em toda a forma de organização da produção e da propriedade, cujo objetivo central é a preocupação em garantir trabalho para todos. Os trabalhadores que trabalham na propriedade também recebem o mesmo salário que os trabalhadores da fábrica, sendo, contudo, proporcional aos dias trabalhados. A decisão sobre o quê produzir, não é aleatória ou seguindo apenas uma perspectiva de mercado, ou seja, não se produz pensando somente na renda que ela possa gerar. A escolha das culturas é feita não apenas a partir de um estudo de viabilidade de mercado,

mas há uma preocupação em produzir culturas de forma a gerar trabalho o ano todo, ao povo de Marinaleda.

A organização da produção em El Humoso, indicado no Quadro 1 nos dá a dimensão da organização do próprio trabalho:

Quadro 1 – Marinaleda. Organização da produção na propriedade El Humoso

Cultura	Área plantada (ha)	Plantio	Colheita	Capinagem	Trabalho empregado
Feijão	80	Out.	Abr	Jan.	250
Pimentão	40	Abr-maio	20 ago-out	Contínuo	100
Azeitona de mesa		Cultura permanente	Out-nov		80
Azeitona de azeite	350		Nov-dez	Químico	80
Alcachofra	80	Jul-ago	Nov-maio	Set.	40-50
Brócolis	40	Jul.	Dez-mar.	Contínuo	30-40
Orégano	30	Anual	Out.	Jan, maio	Mecanizado
Algodão	80	Abr.	Out.	Jun-jul.	Mecanizado

Fonte: Juan Pietro Pradas, responsável do Campo em El Humoso. 20/09/2019.

Observa-se no quadro que por meio dessas culturas, se consegue obter trabalho para o ano todo, empregando aqueles que se encontram desempregados. Conforme nos foi relatado, todos aqueles que precisarem de trabalho são contratados. Se, por exemplo, tecnicamente forem necessários 50 trabalhadores, mas se tiverem 60 precisando de trabalho, todos os 60 são contratados.

A luta pela terra em Andaluzia, que tem suas particularidades no histórico protagonismo do movimento *jornalero*, tem despertado inquietações, estudos, debates sobre o tema, com perspectivas e compreensões divergentes. A auto identificação no processo de construção da luta como “*obrerros del campo*”, como *jornaleros*, de suas estratégias e formas organizacionais necessitavam de uma explicação.

Para Moreno Navarro (1993), a compreensão das relações de trabalho e do que tem sido os *jornaleros* andaluzes nesse processo, não pode se restringir ao que considera uma perspectiva reducionista e mecanicista, dado por um momento ou período fragmentário e objetivo da condição de trabalho *jornalera*. Ao estudar o movimento

anarquista andaluz, que remonta do século XIX e chega aos dias atuais, relata que um elemento relevante para a sua compreensão é o forte sentimento de comunidade e sindicalismo militante presente entre os *jornaleros*:

La realidad cultural andaluza ha sido y es muy distinta (...)
... el universo social fundamental ha sido, y en gran medida segue siendo, el pueblo en el que se vive y que es el referente principal de autoidentificación – el pueblo como comunidad totalizadora (...)"
(MORENO NAVARRO, 1993, p. 341).

Desse elemento cultural presente no movimento anarquista andaluz destaca o autor que participaram *jornaleros*, pequenos proprietários e artesãos, unidos por dois fatores comuns: a dominação pela classe dos proprietários de terra e a “creencia campesina en el derecho a la tierra por el trabajo” (op.cit.p. 349). Para o autor, a “*cultura del trabajo*”, era característica comum desses coletivos humanos, expressa no conjunto da vida social e no sistema de pensamento, que os inseria na categoria de camponeses. Os camponeses acreditavam que o direito à terra se dava pelo trabalho, o que os distingue da luta proletária, que é a luta por reivindicação salarial ou por emprego. Em suas lutas, consideram ilegítimo o fundamento que dá direito à terra aos proprietários de terra, pois não são os que nela trabalham. Nessa perspectiva, o autor entende que o conceito de campesinato, deve ultrapassar a perspectiva unicamente econômica. Ser camponês estava relacionado a uma forma específica de se relacionar com a terra, a partir do trabalho, o que daria legitimidade da propriedade da terra, seja o trabalhador com ou sem terra.

... consideramos campesinos a quienes poseen dicha creencia, independientemente de que sean jornaleros, pequenos proprietários, etc. Ser campesino significaría, así ser trabajador, con o sin tierras, pero con una manera específica de entender el trabajo de la tierra: el trabajo en la tierra como única fuente de legitimación de la propiedad de la tierra. Ser campesino, pues, significa tener esta orientación cognitiva.”
(MORENO NAVARRO, 1993, p. 349).

Nesse contexto de produção das relações sociais na Andaluzia, o autor propõe compreender a cosmovisão campesina e suas lutas, resistências, como distintivas de outros lugares semelhantes à Andaluzia, bem como, à subordinação da economia campesina ao processo de mercantilização, impondo relações mercantis e ao mesmo tempo, transformando suas próprias orientações cognitivas, pois a cultura não é estática e deve ser compreendida, como destaca o autor, no seu movimento dialético com as

estruturas econômicas. Nessa cosmovisão, o trabalho é digno para aquele que nela trabalha, o que colocava os campos andaluzes em um quadro de injustiça, monopolizado por grandes proprietários, alijando seus trabalhadores e deixando-os em situação de fome e miséria. É desse forte sentimento comunitário arraigado na cultura popular e militante campesina, que vem desde o século XIX aos dias atuais, a força do sindicalismo andaluz (MORENO NAVARRO, 1993). Para García Fernández (s.d.) os elementos que explicam a formação da identidade coletiva entre o movimento jornalero andaluz é a sua íntima vinculação com a terra, entendida como meio de produção e como espaço de vinculação comunitária, o que coloca o SOC como “...expresión sindical de la agitación campesina, manifestada a través de diferentes expresiones de la protesta campesina en su lucha por el acceso a la tierra a lo largo de la Historia de Andalucía” (GARCÍA FERNÁNDES, s.d., p. 10).

Almeida, Gallar Hernández e Calle Collado (2014), também entendem que o protagonismo do movimento *jornalero* não elimina a questão camponesa em Andaluzia, uma vez que sua condição *jornalera* não foi uma opção, mas um bloqueio, perante a supremacia de um modelo capitalista hegemônico, o que resulta desse contexto também, a dificuldade de realização da transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica. Nesse aspecto, o responsável do campo, em El Humoso, Juan Pietro Pradas, corrobora com essa avaliação quando nos relata em seu depoimento, ao explicar sobre os motivos de não trabalharem com a agroecologia, a dificuldade em conseguir mercado para os produtos ecológicos. Em setembro de 2019, a área com produção agroecológica estava limitada a 30 hectares.

Na mediação do trabalho assalariado na Cooperativa Humar e na propriedade El Humoso, verificamos nos depoimentos, que a questão do emprego para todos e do sentimento de coletividade eram elementos importantes e bastante presentes nas falas dos entrevistados.

Esse sentimento de coletividade também é observável tanto na propriedade El Humoso, na Cooperativa, como na organização social e política do município de Marinaleda. O município encontra-se organizado por meio de um governo coletivo dos trabalhadores. As decisões são tomadas através de uma estrutura organizativa que está baseada em uma assembleia geral, assembleia de bairro e grupos de ação, sendo esses, definidos por grupos de trabalho para vários setores, como cultura, educação, festa,

ecologia etc. A cidade conta com um espaço público para assembleias e discussões coletivas, como a *Casa del Pueblo* (Figuras 8 e 9).

Figuras 8 e 9 – Marinaleda. Casa del Pueblo. Sindicato de Obreros del Campo (SOC)



Foto: Autora, 20/09/2019.

A cidade possui também o “*Domingo rojo*” que é um dia destinado a trabalhos gratuitos destinados à coletividade, conforme ilustra a terceira imagem da primeira sequência de fotos, da Figura 1. No site da prefeitura encontramos o que é e qual a sua finalidade:

Los domingos rojos consisten en una serie de trabajos gratuitos que hacemos muchos domingos al año en arreglos de calles, de jardines, ayuda a la autoconstrucción de viviendas o trabajo dentro de las cooperativas agrícolas que colectivamente disponemos.

La idea de estos domingos de trabajos voluntarios están en intentar generar en nuestras conciencias otros valores que no sean simplemente la de ganar dinero y poner en práctica la solidaridad imprescindible de cualquier proyecto colectivo que a sí mismo se llame de izquierdas.

Muchas obras que de otra forma no podría hacerse han sido realizadas por la generosidad colectiva de estos trabajos, por lo que también representan una forma práctica de entender el bien de nuestra comunidad. (AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA).

Na Figura 1, a terceira imagem, da primeira coluna, retrata a construção de uma casa, por mutirão. Em depoimento concedido por um dos moradores que conseguiu sua casa recentemente, obtivemos a explicação como de se dá o processo (depoimento concedido em 03/10/2019). A partir da relação entre disponibilidade de recursos e demanda por casa, os moradores decidem coletivamente qual será o critério para distribuição das casas. Em 2011 haviam 52 solicitantes e recurso para 26 vivendas. Em assembleia, decidiram coletivamente como as casas seriam destinadas: 33% para casados com filhos; 33% para solteiros e restante para as outras situações não incluídas. A

prefeitura entra com o terreno; o material para a construção ocorreu por meio de uma subvenção do ajuntamento de Andalucía, num total de 800 mil euros e os solicitantes entraram com o trabalho de 426 dias. O custo de cada casa saiu em 33 mil euros e levou 3 anos para ficarem prontas. Nesse sistema de autoconstrução, as qualificações de cada solicitante são utilizadas na construção. Um encanador, por exemplo, faz o serviço de encanamento de todas as casas, que são iguais. Os solicitantes só ficam sabendo qual será sua casa quando terminada, por meio de sorteio e definição de prioridade a partir do trabalho realizado. As casas que terminarem primeiro terão prioridade quem não faltou ao trabalho ou faltou menos. Mas o critério de trabalho também permanece nessa etapa. O despesas despendidas para a construção das casas serão pagas pelos inquilinos em 80 anos, ao preço de 15 euros por mês. Em caso de um morador não querer mais a casa, esta tem que ser vendida para a prefeitura, que reembolsa as despesas e a repassa para outro que estiver necessitando, conforme prioridade estabelecida a partir do grau de necessidade da família (casados tem prioridade em relação a solteiros, quem tem filhos em relação a quem não tem etc.). No depoimento, o morador nos apontou a importância de tal medida para evitar a especulação imobiliária e atender as demandas do povo e destacou que todas as decisões foram tomadas coletivamente.

Os desdobramentos dessa forma de gestão coletiva são divulgados pela prefeitura, onde constam:

Que hemos acabado con el paro. Que ya no necesitamos a los terratenientes para poder comer todos los días.

Que hemos acabado con la emigración, puesto que ya nadie, ningún trabajador tiene que salir de su propio Pueblo para encontrar un trabajo que tiene en el proyecto colectivo de “Los Humosos”.

Que hemos acabado con la explotación ya que plusvalía que genera el obrero vuelve a reinvertirse y a repartirse para el bienestar colectivo de los propios obreiros.

Que hemos avanzado siglos en nuestra capacidad de superar retos colectivos.

(AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA. www.marinaleda.es).

Acabar com o desemprego, a migração, ter o que e como comer para romper com a submissão aos proprietários de terra, acabar com a exploração do trabalho gerado pelas relações de assalariamento capitalistas, são elementos que aparecem como trunfo, de uma conquista que marcou a trajetória de luta desses trabalhadores/camponeses. Todos os trabalhadores que conversamos demonstraram conhecer a história de luta pela terra que resultou na conquista de El Humoso, conhecimento geral de como está organizado o

Pueblo, dos desafios que estão colocados em manter uma forma de organização coletiva em uma sociedade altamente individualizada.

Além da divulgação no site da prefeitura, nos depoimentos realizados pelo chefe de produção como pelo responsável do campo, obtivemos a informação de que em Marinaleda não há desemprego. Apesar de termos identificado um índice de desemprego de 8,1% em Marinaleda, em agosto de 2019 (datosmacro.com), entendemos que os dados não anulam a afirmação dos depoimentos obtidos, o que certamente reflete divergências na forma de avaliação do índice de desemprego, que na lógica *jornalera/campesina* não é mediada por uma racionalidade estritamente técnico-econômica, ou cálculos estatísticos. Mesmo nesse site, o município de Marinaleda figura como o município com menor índice de desemprego em Andaluzia, na categoria de população entre 1000 e <10.000 habitantes, que é o caso de Marinaleda. A média nacional do índice de desemprego para o mesmo período era de 21,1%.

Todos esses elementos analisados e encontrados no povoado de Marinaleda, nos confirmam a observação de Moreno Navarro (1993, p. 341), de que o referente fundamental de autoidentificação nos campos andaluzes, é o “pueblo como comunidade totalizadora”. Não se compreende o movimento *jornalero* em sua relação direta e fragmentária no âmbito na propriedade e das relações de produção. O forte sentimento de comunidade é algo que ainda permanece em Marinaleda

Talego Vázquez (1997) destaca que nas últimas décadas tem havido certa mudança nessa cultura do trabalho, devido a alguns fatores, como a perda da importância da agricultura frente a outros setores, como meio de produção e como fonte de trabalho: “Esta nueva situación ha hecho perder centralidad al trabajo de la tierra como medio percibido por los trabajadores del campo como fundamental para ganar el sustento y, en general, como fuente de la riqueza” (op. cit. p. 45). As medidas de ajuda ao desemprego, como o *Plan de Empleo Comunitário*, de 1984, que foi substituído pelo *Subsidio de Desempleo*, cria uma dependência do Estado, transformando suas pautas de luta e concepções sobre o trabalho e sobre o próprio Estado, que de inimigo de classe (antes policial e repressor, no período franquista) se transforma e benfeitor para muitos.

Essas políticas assistencialistas foram combatidas pelo então SOC, por causar dependência econômica do trabalhador frente ao Estado, ao passo que não realizava a

desapropriação de terras para uso dos trabalhadores, o que contribuiria para desarticular a luta pela reforma agrária.

Nesse contexto, o movimento *jornalero* foi ampliando suas frentes de atuação extrapolando as questões ligadas especificamente à luta pela terra, na medida em que ampliavam-se das demandas vindas também da cidade. Em 2007, ocorre a unificação das lutas do campo e da cidade, sendo fundado o SAT (Sindicato Andaluz de Trabajadores). Desde então, o Sindicato vem atuando conjuntamente, na luta pelos trabalhadores. Segundo Diego Cañamero, o SOC continuou a existir, com as pautas específicas do campo, mas agora inserido dentro do SAT (entrevista concedida em 22/09/2019). O processo de formação do SAT e a manutenção do SOC mereceria um estudo mais aprofundado, mas tal propósito extrapolaria os limites deste trabalho. A Espanha, nesse período, vivenciava uma crise econômica após o “boom” imobiliário e o agravamento do desemprego. A criação do SAT estaria relacionada também ao agravamento dessa crise econômica no período. Nesse sentido, evidencia-se que as transformações nas relações sociais de produção, com a crise econômica vivida na Espanha, também se articulam com as transformações nas orientações cognitivas do movimento *jornalero*, nesse processo interativo entre estruturas econômicas e “cultura do trabalho”. É nesse cenário que podemos compreender a ampliação das frentes de luta para os trabalhadores da cidade. A inserção da questão ambiental na pauta das lutas, também é reflexo do contexto vivido no campo.

As transformações recentes do espaço agrário andaluz tornaram mais complexos os processos de luta, com o avanço e consolidação de um modelo de produção baseado no uso intensivo de produtos de origem industrial, elevado consumo de agrotóxicos, monopolizado por grandes grupos econômicos, denominados por Ploeg (2008) de impérios agroalimentares.

Após a crise de 2008, a taxa de desemprego no país se elevou significativamente, especialmente em Andaluzia. Para se ter uma ideia, em 2006, a taxa de desemprego em Andaluzia estava em torno de 13%, e foi aumentando, chegando em 2013, a patamares superiores a 35%, conforme dados da *Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural* (CAPDR, 2017). A partir de 2013 começou a apresentar leve queda, sendo que para o segundo semestre de 2019, ainda estava em 21%.

O crescimento do setor de oliveiras em Andaluzia está se dando a partir da grande propriedade e do modelo de produção industrial. Os trabalhadores/camponeses tem questionado esse modelo produtivo, que está afetando a produção agroecológica camponesa de oliveiras. O representante do SAT em Jaén, Moreno Curro, em matéria publicada no site de notícias El Salto (CURRO, 13/07/2019), destaca os impactos produzidos pelo desenvolvimento e expansão da produção de oliveiras em escala industrial. Segundo Moreno Curro, um trabalhador, com uma máquina John Deere ou New Holland, consegue colher 1000 hectares, substituindo o trabalho de 300 diaristas. Além desse impacto, destaca que tem sido desenvolvidos variedades de oliveiras para terem suas colheitas facilitadas pela máquina; produtos fabricados pela Syngenta que são aplicados nas oliveiras para que não cresça gramas na plantação, o que traz impactos ao solo. Dados da Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural afirmam que há na região de Andaluzia uma perda média anual de 5,5 toneladas de solo por hectare (CAPDR, 2017).

Esse impacto no trabalho também se reflete no setor agroindustrial. Entre 2001 e 2014, houve 41,2% de aumento no rendimento das agroindústrias, ao passo que entre 2000 e 2014, houve uma retração de 13,7% de pessoas ocupadas no setor. As indústrias ligadas ao setor de azeite e gordura representavam em 2014, total de 39,8% do valor da produção. (CAPDR, 2017).

Em 2011, houve a extinção do IARA (Ley 01/2011, de 17/02/2011, Junta de Andalucía, artículo 13, subsección 2ª. Publicado no Boletim Oficial nº 36, 21/02/2011) o que significou um duro golpe aos trabalhadores. A medida extinguiu o órgão responsável pela reforma agrária e determinou que todas as propriedades públicas do IARA fossem colocadas à venda, colocando em curso, o processo de privatização das terras públicas. As que estavam sob usufruto para fins de reforma agrária teriam que ser compradas pelos usuários e as que não estavam, seriam vendidas em leilão. No site da *Conserjería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural*, constavam nove propriedades a serem alienadas: La Parra (Granada); Cortijo Vaquero (Granada); Majarambu (Cádiz); Paraje Barruelos (Jaén); Somontes (Córdoba); El Chanza (Huelva); Las Juntas (Jaén); Barruelos (Jaén).

Foi diante desse cenário de desemprego e privatização das terras públicas que o SOC/SAT intensificou suas mobilizações com um conjunto de ações, incluindo, ocupação de umas dessas propriedades públicas para impedir sua privatização. No verão de 2012, o SOC/SAT fez ocupações de terra, de prédios, realizou marchas, fez expropriação de

alimentos de grandes redes de supermercados, no sentido de chamar a atenção das autoridades e da população sobre a situação vivida pelos desempregados.

Considerações finais

A análise da questão agrária andaluza nos faz compreender o movimento jornalero/camponês em continuo processo de transformação e rearranjo das suas estratégias e pautas de luta, na medida em que se transformam as relações de produção. As políticas econômicas que tem sido implantada pela União Europeia, cujo domínio político-econômico encontra-se na Alemanha e na França, têm afetado significativamente os campos andaluzes, com sua política de benefício a poucas grandes empresas, inseridas na divisão europeia do trabalho: Esse contexto agrário, num quadro de avanço do desemprego particularmente com a crise de 2008, provocou elevados índices de desemprego, agravou novamente a situação de fome e miséria, o que fez com que muitos trabalhadores desempregados retornassem ao campo, intensificando os movimentos de luta pela terra.

A terra para o movimento *jornalero/camponês* é um bem da natureza, deve pertencer ao Estado e servir para gerar trabalho, fundamento de legitimidade para o uso da terra. Uma compreensão que os imbuí de uma perspectiva moral, como a dignidade, e que dá legitimidade e força para suas lutas.

O avanço do modelo de produção industrial tem impactado a produção espanhola, agravando a crise de alguns setores. Os maiores beneficiários têm sido apenas poucas grandes redes comercializadoras e distribuidoras e grandes proprietários que tem recebido ajudas do PAC (Política Agrícola Comum), contribuindo para aumentar a concentração de terra e o desemprego.

As lutas dos trabalhadores/camponeses têm sido reconfiguradas, onde, além do Estado, fazem frente às grandes redes comercializadoras e distribuidoras, grandes proprietários de terra e empresas do campo, agravando o quadro repressivo. O SOC/SAT é considerado um dos sindicatos que mais sofrem represália na Europa (APARÍCIO et.al.).

As lutas do movimento jornalero em Andaluzia, identificado pelo SOC/SAT, expressam a relação dialética entre seus modos de ser e a desigual relação nos contextos de produção e reprodução das relações sociais de produção, que apresentam dimensão

não somente econômica, mas política, ambiental e cultural. O seu fazer cotidiano, que vem desde a formação do Sindicato, os opõe claramente àqueles que possuem interesses antagônicos aos seus, evidenciando a dimensão de classe e das relações de poder.

Conhecer e refletir sobre esses processos distintos de lutas por direitos nos permite dimensionar, aprender, refazer e fortalecer nossas lutas e (re)existências. Um grande filósofo cubano, Raul Betancourt (2019), diz que é preciso saber ler os nossos fracassos, pessoais, sociais, econômicos e políticos. Poderíamos acrescentar que os sucessos também precisam saber ser lidos e compreendidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.A., HERNANDEZ, D.G., COLLADO, A.C. A “nova” questão agrária em Andaluzía: processos de recampezinização em tempos de impérios agroalimentares. In: Revista Nera, ano 17, n. 24, 2014. p. 9-35.

APARÍCIO, Marco et.al. *Luchas populares frente a la concentración y el acaparamiento de tierras em Europa* – experiências de resistencia campesina em Andaluzía. Barcelona: EdPAC/GIDHS/CUS-UPC, 2013.

BAENA, Victor Rodriguez. *El movimiento jornalero y la democratización del movimiento rural andaluz (1970-1985)*. Editado por Gonzalo Gutierrez Rodrigues. [s.d.]

CORBELLA, Manel Risques. La dictadura franquista. In: *Revista reflexão e ação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. v.23, n.2, p.170-197, jul./out.2015. IN: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6464/pdf_29

ENCINA, Javier, GONZÁLES DE RUEDA, José R., OCAÑA, Luis, ROSA, Montse. *La lucha por el movimiento jornalero por el uso de la tierra como proyecto de transformación socioambiental em Andaluzía Occidental*. Mimeo. [s.d].

GARCÍA FERNÁNDEZ, Javier. Movimiento jornalero, sindicalismo de clase y cuestión nacional andaluza em la democratización del mundo rural andaluz. In: <https://historiazgz2017.files.wordpress.com/2017/05/m3-garcc3ada-movimiento-jornalero-sindicalismo.pdf>

GÓMEZ OLIVER, Miguel. Jornaleros andaluces, ¿una clase em extinción? Un análisis de la conflictividad campesina em los años 80. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Ediciones Endymión, 1993. P. 375-407.

MORENO NAVARRO, Isidoro. Cultura del trabajo e ideología: el movimiento campesino anarquista Andaluz. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZÁLEZ de MOLINA, Manuel. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Ediciones Endymión, 1993. p. 335-356.

PLOEG, Jan Douwe V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SINDICATO ANDALUZ DE TRABALHADORES. Informe represión. Sevilla. [s.d.].

TALEGO VÁZQUEZ, Félix. Democracia asamblearia y liderazgo – la acción política jornalera en Marinaleda. In: Revista de Estudios Andaluces. N. 22, P. 67-86, 1996. In: <https://doi.org/10.12795/rea.1996.i22.04> . Acesso em 05/09/2019.

TALEGO VÁZQUES, Félix. Sobre el nombre y el quién de los jornaleros andaluzes. In: Revista Andaluza de Relaciones Laborales. n. 3, abril, 1997.

Palestra

FORNET-BETANCOURT, Raul. Sevilla: Universidad de Loyola. 14/05/2019.

Sites de órgãos públicos e entidades

AYUNTAMIENTO DE MARINALEDA. Historia. In: www.marinaleda.es. Acesso em 26/09/2019.

CONSERJERÍA DE AGRICULTURA, PESCA, DESARROLLO Y SOSTENIBLE. El sector agrario y pesquero em Andaluzía. Junta de Andaluzía, 2017.

_____ Anuário de estadísticas agrarias y pesqueiras de Andaluzía. Junta de Andaluzía, 2017.

_____ Avance estadísticas de la producción ecológica, 2018.

FEDERACIÓ D'AIRLTRES ACTIVITATS. El Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT) ocupa la finca “Las Turquillas”. In: <https://faalac.wordpress.com>. 25/07/201. Acesso em 17/07/2019.

GOBIERNO DE ESPAÑA. País, historia y cultura. In: <https://www.lamoncloa.gob.es> Acesso em 07/09/2019.

INFANTE, Maria Jesus Naranjo. El himno de Andaluzía. In: <http://institutodeidentidadandaluza.org> Acesso em 28/09/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Andaluzía. Superfície Agrária Utilizada. Junta de Andaluzía, 2017.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PESCA Y ALIMENTACIÓN. Beneficiarios de las ayudas de la PAC. <https://www.mapa.gob.es/es/pac/pagos-y-ayudas-de-la-pac/>

MUSEO DE AUTONOMIA DE ANDALUCÍA. Blas Infante: apuntes biográficos. In: <http://www.maa.centrodeestudiosandaluces.es> . Acesso em 28/09/2019.

SINDICATO ANDALUZ DE TRABAJADORES/AS. El SAT reocupa Somonte. In: <http://sindicatoandaluz.info/2019/08/26/ultima-hora-el-sat-reocupa-somonte/>

_____ Juicio a 20 militantes del SAT, por la expropiación de alimentos em Mercadona. <http://sindicatoandaluz.info/2019/08/22/5-sep-juicio-del-mercadona-por-la-expropiacion-de-alimentos/22/08/2019>

_____ En el olivar, precios justos para jornales dignos, el 9 de julio, todos a Sevilla. <http://sindicatoandaluz.info/2019/07/07/en-el-olivar-precios-justos-para-jornales-dignos-el-9-de-julio-todos-a-sevilla/>

Sites de notícias

BAQUERO, Juan Miguel. Los curas obreros: cuando la lucha antifranquista nacía del Evangelio. In: [Eldiario.es](http://eldiario.es). 18/12/2018. Acesso em 23/09/2019).

CARBAJOSA, Ana. El cortijo de los desposeídos. In: https://elpais.com/politica/2016/03/08/actualidad/1457431108_328284.html 09/03/2016. Acesso em 05 de junho de 2019.

MORENO, Curro. De Expoliva a Navarra: las injusticias no contadas del campo andaluz. In: [Pensar Jondo. www.elsaltodiario.com](http://www.elsaltodiario.com). 13/07/2019. Acesso em 30/08/2019. <https://www.elsaltodiario.com/pensar-jondo-descolonizando-andalucia/de-expoliva-a-navarra-las-injusticias-no-contadas-del-campo-andaluz->

NARANJO INFANTE, 18/02/2018); (MUSEO DE LA AUTONOMÍA DE ANDALUCÍA. <http://www.maa.centrodeestudiosandaluces.es>

SERRANO, M. SOC. Cuarenta años del sindicato que dignificó las condiciones del campo andaluz. In: <http://www.m.publico.es> 06/08/2016. Acesso em 27/09/2019.

Recebido em 29/03/2020. Aceito para publicação em 14/07/2020.
--